

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CS
Nº Único 613035
Entrada/Saída nº 315 Data 06.09.18



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Saúde
Deputado José de Matos Rosa

Assunto: Audição do Ministro da Saúde a propósito da situação atual do Serviço Nacional de Saúde

No decurso dos últimos meses, mas de forma persistente nos meses de verão, foram visíveis as dificuldades no acesso à saúde. Não raras vezes foram noticiados encerramentos de camas em hospitais do norte a sul do país, a título meramente ilustrativo, veja-se o sucedido no Hospital do Litoral Alentejano. Neste Hospital, foram encerradas 10 camas, sendo que duas eram da Unidade de Cuidados intensivos.

O encerramento de camas reduz a capacidade de resposta dos hospitais, provoca o adiamento de cirurgias e, conseqüentemente, tem forte impacto na saúde dos utentes que são acompanhados nestas unidades.

Para além do encerramento de camas houve também encerramento de blocos de partos que obrigaram a transferência de parturientes para outros hospitais, nalguns casos longe da sua residência.

Os encerramentos, quer de camas, quer dos blocos de partos, resultam da carência de profissionais de saúde, especialmente de médicos, enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e assistentes operacionais. Carências que, apesar de há muito identificadas e do conhecimento do Governo, não foram debeladas por não abertura de concursos para contratar os profissionais necessários, designadamente de enfermeiros, ou por atrasos na abertura de procedimentos concursais, como aconteceu com os concursos para médicos especialistas.

Ocorreram, ainda, demissões de diretores e, ou chefes de serviços, tal como sucedeu com os chefes de serviço de urgência de obstetrícia do Hospital Amadora Sintra e, mais

recentemente, de todos os diretores e chefes de serviço do Centro Hospitalar Gaia/Espinho.

A tudo isto se soma o facto de o Governo continuar a não cumprir integralmente com o estipulado no Orçamento do Estado no que respeita ao descongelamento das diferentes carreiras do SNS e, no caso dos enfermeiros do pagamento do suplemento remuneratório aos enfermeiros especialistas como havia sido acordado com as organizações representativas destes trabalhadores.

Todas estas situações concorrem para a fragilização da resposta pública e do SNS e, concomitantemente, servem para aumentar as transferências para o setor privado, designadamente para os grandes grupos que operam no setor.

Acresce ao atrás mencionado, a decisão do Governo de prolongar por mais dois anos o contrato da PPP de Cascais. Decisão que merece a rejeição veemente do PCP.

Com vista a debater com o Governo e, fundamentalmente, exigir esclarecimentos sobre as medidas que vão ser tomadas para inverter a situação atual do SNS e reforçá-lo, bem como da decisão sobre a PPP de Cascais e das outras PPP da saúde, o Grupo Parlamentar do PCP requer, com carácter urgente, a presença do Ministro da Saúde na Comissão.

Com os melhores cumprimentos,

Assembleia da República, 06 de setembro de 2018

Os Deputados

Carla Cruz

João Dias